

economia

Dívida pública total atinge R\$ 9,29 tri em agosto, diz Tesouro Nacional

/ CONJUNTURA

A fatia de títulos da dívida federal vinculados à taxa Selic subiu pelo segundo mês seguido e chegou ao maior patamar da história, segundo relatório do Tesouro Nacional divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

A dívida pública federal total atingiu R\$ 9,29 trilhões em agosto, uma alta de 0,04% em comparação a julho. A parcela dos títulos remunerados por taxa flutuante, que variam de acordo com a taxa Selic, passou de 51,11% para 52,74%. Isso significa que a maioria da dívida pública federal vem de títulos que estão sujeitos à variação da taxa básica de juros.

No início deste ano, a proporção desses papéis na dívida pública federal alcançou o maior patamar desde outubro de 2005. Em junho, eles respondiam por 49,32% do total, percentual ainda muito próximo do pico de janeiro de 2026 (49,42%). Em julho, o percentual tinha chegado a 51,11%, ultrapassando a maior marca de 2003.

No fim de agosto, o Tesouro revisou o plano para a gestão da dívida pública, em uma sinalização de esperar que os títulos atrelados à taxa Selic subam ainda mais nos próximos meses, com possibilidade de ultrapassa-

rem a máxima histórica na série iniciada em dezembro de 2000.

A expectativa do órgão é que esses papéis respondam por uma fatia de 49% a 53% da DPF (dívida pública federal) ao fim deste ano. Antes, o intervalo previsto era de 46% a 50%.

A variação se deu devido a uma redução na Dívida Pública Mobiliária Federal interna, que teve seu estoque reduzido em 0,05% devido ao resgate líquido de R\$ 83,90 bilhões -quando o governo tem mais resgates de investidores do que emissões de títulos da dívida.

O resultado foi neutralizado, em parte, pela alta de juros, com cifra de R\$ 79,66 bilhões.

Já a Dívida Pública Federal externa teve um aumento de 2,41%, subindo para R\$ 348 bilhões.

O aumento das incertezas sobre a trajetória das contas públicas brasileiras e sobre o cenário internacional está por trás da necessidade do Tesouro de emitir mais títulos da dívida atrelados à Selic durante o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A participação dos títulos vinculados ao índice de preços da DPF, corrigidos pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), foi reduzida de 26,02%, em julho, para 23,22%, em agosto.

Governo eleva multa por preço abusivo do combustível

Penalidade máxima passou de R\$ 14 milhões para R\$ 500 milhões

FABIOLA CORREA/JC



Pacote de R\$ 27 bilhões mira alta dos combustíveis em meio à guerra do Irã e à disputa eleitoral

/ COMBUSTÍVEIS

O governo federal aumentou de R\$ 14 milhões para R\$ 500 milhões a multa máxima para importadores, produtores, distribuidoras, transportadoras e donos de postos de combustível que praticam preços abusivos na gasolina, diesel ou etanol.

A nova multa, incluída em uma medida provisória sobre renegociação de dívidas na sexta-feira, vale tanto para firmas que praticam aumentos injustificados da margem de lucro quanto para aquelas que, tendo produto em estoque, recusam fornecimento.

O chefe da Secretaria Nacional do Consumidor, Ricardo Morishita, diz que 154 postos de combustível em 12 estados passaram por fiscalização da ANP, Senacon e Procons na última semana. O número de postos fiscalizados deve crescer para 241 esta semana, segundo ele.

O governo narra que essas ações foram desencadeadas diante da alta recente dos combustíveis, constatada por dados e centenas de denúncias recebidas pela ANP. Fiscalizações anteriores já lançaram R\$ 700 milhões em multas contra distribuidoras, das quais ainda cabe recurso.

Este ano o governo federal editou uma série de medidas com impacto estimado de R\$ 27 bilhões para conter a alta no preço dos combustíveis em meio à Guerra do Irã e à disputa eleitoral. Entre elas, a subvenção à importação e produção do diesel, a redução do PIS/Cofins sobre a gasolina e a isenção de tributos federais sobre o etanol.

“Essa elevação da margem de lucro, quando há um esforço do país gigantesco para que nós possamos viver com tranquilidade, é abusiva”, disse Morishita, da Senacon, em evento para jornalistas ontem.

Quase metade prevê melhora nas finanças do País

/ PESQUISA

Pesquisa BTG/Nexus divulgada ontem mostra que 51% dos entrevistados avaliam a situação atual da economia do País como ruim ou péssima, 30% regular e 17% ótima ou boa. Em outra pergunta, contudo, sobre os próximos seis meses, 46% esperam melhora na situação financeira do País, ante 41% da rodada de 21 de setembro, um crescimento de cinco pontos percentuais. Uma questão mede a avaliação do

presente; a outra, a expectativa para o futuro.

Ainda sobre a expectativa para a situação financeira do País nos próximos seis meses, caiu de 25% para 19% os que acreditam que o cenário vai piorar muito ou piorar pouco. E oscilou de 22% para 20% os que acreditam que a situação financeira do País nos próximos seis meses vai ficar igual.

Independentemente da intenção de voto, 51% dos entrevistados acreditam que Lula vencerá a eleição, ante 54%

na pesquisa anterior. A parcela que aponta Flávio como provável vencedor passou de 36% para 39%. Os dois tiveram o mesmo crescimento de três pontos percentuais nesse quesito.

A Nexus entrevistou por telefone 2.000 eleitores de 25 a 74 de setembro. A margem de erro geral é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-07557/2026.

30 de SET
a partir das 12h

Tá na Mesa
FEDERASUL

Apoio:
Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

O CUSTO SOCIAL DA LITIGÂNCIA GAÚCHA NO POTENCIAL DO RS

Eraldo Vasconcelos de Souza

Luiz Carlos Folador

Rolf Georg Fuchs